Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Associação Saúde Criança Renascer

31 de dezembro de 2016 e 2015 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Notas explicativas às demonstrações financeiras9



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 5° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Fax: +55 21 3263 7003 Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores da **Associação Saúde Criança Renascer** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Saúde Criança Renascer ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde Criança Renascer em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo normas específicas aplicáveis às fundações e entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução do CFC 1.409/12 - Entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo normas específicas aplicáveis às fundações e entidades sem fins lucrativos, em especial, a Resolução do CFC 1.409/12 - Entidades sem finalidades de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-28P015199/F-6

Wilson J. O. Moraes

Contador CRC-1RJ107211/O-1

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controla		adora Conso		olidado	
_	Nota	2016	2015	2016	2015	
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.569	2.209	1.571	2.211	
Títulos e valores mobiliários	4	7.481	6.826	7.488	6.828	
Contas a receber		88	47	88	47	
Adiantamentos		15	28	15	28	
Tributos a recuperar		4	3	4	3	
Estoques		63	76	63	76	
Despesas antecipadas		2	2	2	2	
Total do ativo circulante	_	9.222	9.191	9.231	9.195	
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	4	4.272	4.321	4.272	4.321	
Imobilizado	5	7.568	6.181	7.568	6.181	
Intangível		65	151	65	151	
Total do ativo não circulante	_	11.905	10.653	11.905	10.653	
Total do ativo	-	21.127	19.844	21.136	19.848	
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante						
Fornecedores		92	147	101	151	
Encargos sociais e trabalhistas		31	51	31	51	
Obrigações fiscais		37	32	37	32	
Provisões trabalhistas		176	156	176	156	
Obrigações com projetos incentivados	6	378	1.394	378	1.394	
Outros passivos		2	3	2	3	
Total do passivo circulante	_	716	1.783	725	1.787	
Patrimônio líquido	8					
Patrimônio social		18.061	16.361	18.061	16.361	
Superávit acumulado		2.350	1.700	2.350	1.700	
Total do patrimônio líquido	-	20.411	18.061	20.411	18.061	
Total do passivo e do patrimônio líquido		21.127	19.844	21.136	19.848	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

		Contro	ladora	Consolidado		
	Nota	2016	2015	2016	2015	
Receitas operacionais	9					
Receitas assistenciais	J	7.102	6.369	7.102	6.369	
Vendas de mercadorias		644	620	644	620	
Outras receitas		147	45	147	45	
	-	7.893	7.034	7.893	7.034	
Custo						
Custos assistenciais	10	(2.617)	(2.639)	(2.617)	(2.639)	
Custo das vendas		` (136)	` (104)	` (136)	` (104)	
		(2.753)	(2.743)	(2.753)	(2.743)	
Superávit bruto	_	5.140	4.291	5.140	4.291	
Despesas gerais e administrativas	11	(4.405)	(3.742)	(4.458)	(3.756)	
Serviços prestados	-	(358)	(381)	(358)	(381)	
Superávit operacional	_	377	168	324	154	
Receitas financeiras	12	2.104	1.881	2.157	1.895	
Despesas financeiras	12 _	(131)	(349)	(131)	(349)	
Resultado financeiro, líquido	_	1.973	1.532	2.026	1.546	
Superávit do exercício	_	2.350	1.700	2.350	1.700	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora (e consolidado
	2016	2015
Superávit do exercício	2.350	1.700
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	2.350	1.700

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	15.451	910	16.361
Incorporação do superávit acumulado Superávit do exercício	910	(910) 1.700	1.700
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.361	1.700	18.061
Incorporação do superávit acumulado Superávit do exercício	1.700	(1.700) 2.350	2.350
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.061	2.350	20.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Fluxo de caixa das atividades sociais Superávit do exercício	2.350	1.700	2.350	1.700	
Ajustes para conciliar o superávit do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais Resultado financeiro não realizado Depreciação e amortização	(1.800) 292	(1.441) 180	(1.800) 292	(1.441) 180	
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos					
Estoques	13	(47)	13	(47)	
Contas a receber	(41)	(19)	(41)	(19)	
Adiantamentos	13	(16)	13	(16)	
Tributos a recuperar	(1)	(2)	(1)	(2)	
Fornecedores	(55)	135	(55)	135	
Obrigações fiscais	5 1	20 7	5 1	20 7	
Provisões trabalhistas e encargos sociais Obrigações com projetos incentivados	(1.016)	525	(1.016)	525	
Outros	(1.010)	(5)	(1.010)	(5)	
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades	(-)	(0)	(-)	(0)	
operacionais	(240)	(1.037)	(240)	1.037	
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento					
Rendimento de Aplicações Financeiras	(47)	-	(47)		
Caixa líquido gerado (consumido) atividades de financiamento	(47)	-	(47)		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.241	2.690	1.241	2.690	
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.594)	(2.709)	(1.594)	(2.709)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(353)	(19)	(353)	(19)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(640)	1.018	(640)	1.018	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.209	1.191	2.211	1.193	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.569	2.209	1.571	2.211	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Associação Saúde Criança Renascer ("Associação") é uma sociedade civil de caráter filantrópico, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no Rio de Janeiro - RJ, constituída em 25 de outubro de 1991, para exercer atividades de assistência social e de promoção humana, oferecer apoio a crianças carentes do Hospital da Lagoa, bem como às famílias, durante o período de internação e, principalmente, após a alta hospitalar. Esse apoio se dá quando constatada carência socioeconômica das famílias, as quais são encaminhadas à Associação por meio de carta de apresentação de comissão multidisciplinar de triagem no Hospital da Lagoa.

A Associação se mantém por meio de doações espontâneas e outras efetuadas por seus sócios, que podem ser em dinheiro, itens como alimentos, remédios e roupas e prestação de serviços, entre outras. Com o intuito de melhor atender as famílias, a Associação implantou diversos projetos sociais, como Madrinha, Aconchego e Moradia.

Para a realização de seus objetivos, a Associação Saúde Criança Renascer organiza-se em torno das seguintes áreas:

- Saúde doação de alimentos, remédios, aparelhos médicos, entre outros, além de acompanhamento gratuito para as famílias por parte de psicólogos, psiquiatras, nutricionistas e assistentes sociais e encaminhamentos para unidades de saúde.
- Cidadania Ajuda para obtenção de documentos e orientação social e jurídica, a fim de garantir à família o acesso aos direitos básicos de cidadania.
- Moradia Assegurar que a casa da família tenha as mínimas condições de moradia, como água corrente, esgoto tratado, paredes e teto sem infiltrações, enfim, proporcionar um ambiente saudável em que a criança possa recuperar e manter sua saúde.
- Educação Conscientização da família sobre a importância da educação para o futuro das crianças e dos pais, com acompanhamento da vida escolar da criança e suporte nas áreas em que for detectada necessidade.
- Geração de Renda Cursos profissionalizantes de acordo com os interesses e habilidades dos responsáveis pela família visando a gerar o auto sustento e independência da família.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

A Associação Saúde Criança Renascer está isenta da tributação de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a Lei nº 9.532/97, que estabelece no seu art.15, que a Associação deverá reunir as seguintes, cumulativamente, para fazer jus a essa isenção:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- (e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

2. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Associação Saúde Criança Renascer para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de maio de 2017.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC 1.409 - Entidades sem finalidade de lucros, de 21 de setembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Consolidação

A Associação possui um fundo exclusivo e, desta forma, apresentou demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a consolidação deste fundo. A Associação não tem entidades controladas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas em reais, que é moeda funcional de apresentação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com baixa exposição a riscos de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Associação classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Ativos financeiros--Continuação

2.5.1. <u>Classificação</u>--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber" que basicamente se refere a vendas por cartão de crédito.

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Associação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras, líquida" no período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras, líquida", quando é estabelecido o direito da Associação de receber dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Ativos financeiros--Continuação

2.5.2. <u>Reconhecimento e mensuração</u>--Continuação

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Associação estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Associação.

2.5.3. <u>Impairment de ativos financeiros</u>

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Associação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado da Associação.

2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Estoques

Os estoques representados pelos insumos adquiridos e produtos acabados relacionados ao projeto "Anzol", foram valorizados pelo seu valor de custo ou de realização, deduzidos, quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização, tendo como contrapartida rubrica específica no resultado do exercício.

2.7. Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Instalações	10 anos
Veículos	10 anos
Edificação	10 anos

2.8. Ativos intangíveis

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados, sendo o mesmo critério aplicado para os softwares desenvolvidos sob encomenda para a Associação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Provisões e passivos circulantes e não circulantes--Continuação

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.10. Obrigações com projetos incentivados

Os aportes aos projetos da Associação realizados pelos patrocinadores (convênios) são registrados nas contas de passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto a cada final de mês, tendo como contrapartida a conta de receita de projetos patrocinados. Tal política é aplicada uma vez que a administração da Associação tem a obrigação contratual de atendimento de regras na utilização das doações bem como a obrigação de prestação de contas, as quais são analisadas e submetidas à aprovação dos patrocinadores.

Desta forma, as despesas e custos incorridos nos projetos dos patrocinadores, administrados pela Associação, são reconhecidos na mesma proporção das receitas de forma que no final do exercício tais receitas e despesas não impactem o resultado do exercício da Associação.

2.11. Apuração do superávit do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas e são contabilizadas quando recebidas em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento e aplicadas nos projetos educacionais que a Associação desenvolve.

A Associação reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação, conforme descrição a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Apuração do superávit do exercício e reconhecimento de receitas de doações --Continuação

a) Doações e convênios vinculados

As doações recebidas vinculadas a projetos são registradas, pelo seu recebimento, no passivo (Receita Diferida) sendo apropriadas ao resultado em bases mensais e lineares à medida que os recursos são aplicados de acordo com as regras estipuladas pelo doador/patrocinador.

b) Receita financeira

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. As receitas financeiras de recursos destinados a projetos são reconhecidas contra o passivo, caso ainda não tenham sido realizadas integralmente.

c) Gratuidades

A Interpretação - ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) determina a mensuração e reconhecimento contábil dos benefícios concedidos como gratuidades, tais como: mão de obra voluntária, isenção de alugueis de imóveis e isenções tributarias de impostos e contribuições.

- (i) O valor da mão de obra voluntária é mensurado pela Administração da Associação com base em valores disponíveis no mercado e praticados pela Associação em serviços similares. O valor apurado no exercício de 2016 foi de R\$444 (2015 -R\$344).
- (ii) O valor da isenção fiscal de impostos e contribuições federais é calculado com base na metodologia do lucro presumido, bem como com base na totalidade das receitas recebidas pela Associação e em sua folha de pagamento no tocante ao INSS patronal, conforme descrito na Nota 2.12, em atendimento à Lei nº 12.101/2009. O valor apurado no exercício de 2016 foi de R\$2.212 (2015 -R\$1.825).
- (iii) O valor da isenção do aluguel do imóvel da sede da Associação (Nota 15) é calculado com base no valor do metro quadrado disponível no mercado imobiliário do Rio de Janeiro. O valor apurado no exercício de 2016 foi de R\$109 (2015 -R\$145).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Apuração do superávit do exercício e reconhecimento de receitas de doações --Continuação

c) Gratuidades--Continuação

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2016, como receita e despesa/custo na demonstração do superávit, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

2.12. Impostos e contribuições

A Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da cota patronal do INSS.

Até novembro de 2015, a Associação recolhia PIS com uma alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, tal como definido pela Legislação Trabalhista. No entanto, após julgamento do processo ORDINÁRIO/TRIBUTÁRIO - nº 0059775-49.2015.4.02.5101(2015.51.01.059775-0), de 06 de novembro de 2015, da 07º Vara Federal do Rio de Janeiro, foi declarada inexistência de relação jurídica tributaria entre a Associação e a União que tenha como objeto o tributo previsto pelo artigo 13, III, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001. Sendo assim, a Associação deixa de recolher o tributo desde então.

2.13. Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com o método indireto.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	ladora	Conso	lidado
	2016	2015	2016	2015
Caixa	13	22	13	22
Bancos	528	411	530	413
Aplicações financeiras (*)	1.028	1.776	1.028	1.776
	1.569	2.209	1.571	2.211

^(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Associação possui aplicações financeiras em fundos de investimentos de renda fixa referenciados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

4. Títulos e valores mobiliários

	Contro	oladora
	2016	2015
Ao valor justo por meio do resultado		
Curto prazo		
Saúde Criança FIM - investimento no exterior (a)	7.481	5.832
Riverside Fundo de Investimentos (b)	-	994
	7.481	6.826
Longo prazo		
Saúde Criança FIM - investimento no exterior (a)	4.272	4.321
	4.272	4.321
	11.753	11.147

(a) O Saúde Criança Fundo de Investimento Multimercado é um investimento exclusivo da Associação e faz parte do projeto "Renascer para Sempre", que tem por objetivo fortalecer, por meio de uma política de longo prazo, a sustentabilidade patrimonial da Associação, assegurando uma estabilidade financeira mínima necessária a um bom desempenho institucional sem depender do inconstante das doações. Os recursos do Fundo estão aplicados em reais da seguinte forma:

	Contro	ladora
	2016	2015
Operações compromissadas	478	49
Cotas de Fundos de Investimentos	7.010	5.785
Títulos públicos	4.272	4.321
Valores a pagar	(9)	(4)
Disponibilidades	2	2
	11.753	10.153

⁽b) O Riverside Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado é constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado de duração, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos e valores mobiliários, bem como em quaisquer outros ativos disponíveis no mercado financeiro e de capitais. Em 2016 não há saldo no fundo, pois o mesmo foi totalmente resgatado (em 2015 R\$994).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Imobilizado

	Taxa	Taxa 2016			2015
	anual de				
	depreciação	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	7.965	(434)	7.531	279
Instalações	10%	90	`(71)	19	12
Máquinas e equipamentos	10%	66	(66)	-	2
Móveis e utensílios	10%	64	(64)	-	5
Veículos e acessórios	20%	106	(106)	-	21
Equipamentos de informática	20%	172	(154)	18	2
Equipamentos de comunicação	20%	6	` (6)	-	-
Imobilizado em andamento		-	•	-	5.860
	_	8.469	(901)	7.568	6.181

Movimentações

	Taxa anual de depreciação	2015	Aquisições	Baixas/ alienações	Transferências	Depreciação	2016
Edificações	4%	279	70	-	7.350	(168)	7.531
Instalações	10%	12	15	-	-	(8)	19
Máquinas e equipamentos	10%	2	-	-	-	(2)	-
Móveis e utensílios	10%	5	-	-	-	(5)	-
Veículos e acessórios	20%	21	-	-	-	(21)	-
Equipamentos de informática	20%	2	18	-	-	(2)	18
Equipamentos de comunicação	20%	-	-	-	-		-
Imobilizado em andamento (*)		5.860	1.490	-	(7.350)	-	-
		6.181	1.593	-	-	(206)	7.568

^(*) A conta de imobilizado em andamento registrou todos os gastos realizados na compra da nova sede da Associação, na Rua das Palmeiras em Botafogo. O imóvel foi modernizado para receber as atividades da Associação, todos os gastos com a compra de imóveis e taxas/impostos conexos foram registrados nesta conta, o mesmo ocorreu com os gastos incorridos na reforma do mesmo.

	Taxa anual de depreciação	2014	Aquisições	Baixas/ alienações	Transferências	Depreciação	2015
Edificações	4%	301	-	-	-	(22)	279
Instalações	10%	20	-	-	=	(8)	12
Máquinas e equipamentos	10%	8	-	-	-	(6)	2
Móveis e utensílios	10%	11	-	-	=	(6)	5
Veículos e acessórios	20%	42	-	-	-	(21)	21
Equipamentos de informática	20%	13	18	-	=	(29)	2
Equipamentos de comunicação	20%	1	-	-	=	(1)	-
Imobilizado em andamento		3.169	2.691	-	=	`-	5.860
	_	3.565	2.709	-	-	(93)	6.181

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Obrigações com projetos incentivados

Os projetos a incorrer representam as obrigações que a Associação possui na realização dos respectivos projetos em função dos recursos financeiros (parciais ou totais) já recebidos. A baixa do passivo ocorre mensalmente tendo como contrapartida a conta de receita de projetos na proporção em que são empregados os recursos recebidos na execução dos projetos. A composição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	Controladora	Controladora e Consolidado	
	2016	2015	
White Martins Praxair Foundation (i)	-	592	
Skoll Foundation (ii)	58	118	
Johnson & Johnson Family of Companies (iii)	-	2	
Construtora Queiroz Galvão S.A. (iv)	-	32	
Ursula Zindel Hilti Stifling Foundation (v)	-	367	
Johnson & Johnson Mamãe Bebê (vi)	243	245	
Kinder (vii)	16	5	
Metro (viii)	-	3	
Air France (ix)	46	24	
RWJF (x)	-	6	
Mega Matte (xi)	15	-	
	378	1.394	

(i) White Martins - Praxair Foundation

Projeto denominado "Criança". Em 2016 houve captação de R\$971 (2015 - R\$984) e durante o exercício de 2016 houve uma realização de R\$1.563 (2015 - R\$764), mantendo em 31 de dezembro de 2016 um saldo zerado (2015 - R\$592).

(ii) Skoll Foundation

Projetos denominados "Replicação" e "Fortalecimento". Em 2016, não houve captação (assim como em 2015), e durante o exercício de 2016 houve realização de R\$60 (2015 - R\$60) mantendo em 31 de dezembro de 2016 um saldo de R\$58 (2015 - R\$118). Parte significativa dos recursos da Skoll Foundation foram empregado no desenvolvimento de um Software de Atendimento Assistencial para a Associação, o passivo está sendo baixado em bases lineares de acordo com a amortização do mencionado Software.

(iii) Johnson & Johnson Family of Companies

Projetos denominados "Aconchego Mães" e "Aconchego Adolescentes". Em 2016 não houve captação (assim como em 2015), e durante o exercício de 2016 houve realização de R\$2 (2015 - R\$ 95), resultando em 31 de dezembro de 2016 um saldo zerado (2015 - R\$2).

(iv) Construtora Queiroz Galvão S.A.

Projeto denominado "Moradia". Em 2016 não houve captação (2015 - R\$90), e durante o exercício de 2016 houve realização de R\$32 (2015 - R\$194), resultando em 31 de dezembro de 2016 um saldo zerado (2015 - R\$32).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Obrigações com projetos incentivados--Continuação

(v) Ursula Zindel Hilti Stifling Foundation

Projetos denominados "Replicação" e "Saúde" incluindo custos indiretos para a realização desses projetos. Em 2016 houve captação de R\$792 (2015 - R\$623) e realização de R\$1.159 (2015 - R\$271), resultando em 31 de dezembro de 2016 um saldo zerado (2015 - R\$367).

(vi) Projeto J&J Mamãe Bebê

Projeto denominado "Mãe e Bebê". Durante o exercício de 2016 houve captação de R\$271 (2015 - R\$305), e realização de R\$273 (2015 - R\$84), havendo em 31 de dezembro de 2016 um saldo de R\$243 (2015 - R\$245).

(vii) Projeto Kinder

Projeto "Bolsas". Durante o exercício de 2016 houve captação de R\$26 (2015 - R\$28), e realização de R\$15 (2015 - R\$24), havendo em 31 de dezembro de 2016 um saldo de R\$16 (2015 - R\$5).

(viii) Projeto Metro

Projeto "Profissão Beleza". Durante o exercício de 2016 não houve captação (assim como em 2015), e houve realização de R\$2 (2015 não houve realização), resultando em 31 de dezembro de 2016 um saldo zerado (2015 - R\$2).

(ix) Projeto Air France

Projeto "Aconchego Adolescentes". Durante o exercício de 2016 houve captação R\$60 (2015 - R\$29), e realização de R\$38 (2015 - R\$5), havendo em 31 de dezembro de 2016 um saldo de R\$46 (2015 - R\$24).

(x) Projeto RWJF

Projeto "Profissionalizante", durante o exercício de 2016 não houve captação (assim como em 2015), e houve realização de R\$6 (2015 - R\$5), resultando em 31 de dezembro de 2016 um saldo zerado (2015 - R\$6).

(xi) Projeto Mega Matte

Projeto "Profissionalizante". Durante o exercício de 2016 houve captação R\$ 30, e realização de R\$15, havendo em 31 de dezembro de 2016 um saldo de R\$15.

7. Contingências

Com base na opinião de seus assessores jurídicos a Administração da Associação conclui que não há litígios ou reivindicações contra a Associação em 31 de dezembro de 2016 bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

8. Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial proveniente da dotação inicial de seus instituidores, acrescido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição.

O resultado do exercício é incorporado ao patrimônio social durante o exercício seguinte, após aprovação do Conselho Fiscal em conformidade com o seu Estatuto Social.

As rendas geradas pela Associação Saúde Criança Renascer são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota 1.

Em caso de extinção da Associação, que se dará somente com aprovação de dois terços dos membros da Assembleia Geral, os bens patrimoniais serão destinados a outra Associação sem fins lucrativos e de natureza semelhante, registrada no CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, sob aprovação do Ministério Público.

9. Receitas

A Associação desenvolve projetos assistenciais procurando atender à comunidade. Os gastos e as despesas relacionados a esses projetos para os exercícios de 2016 e 2015, bem como a receita- base, estão assim demonstrados:

	Controladora e	Controladora e Consolidado	
	2016	2015	
Receitas de doações			
Receitas de doações pessoa física e pessoa jurídica	1.172	2.327	
Receita de isenção de impostos e subvenções	2.321	2.163	
Receita de trabalho voluntário	444	344	
Vendas de mercadorias	644	620	
	4.581	5.454	
Receitas de doações para programas e projetos	·		
White Martins Praxair Foundation	1.563	764	
Ursula Zindel Hilti Stifling Foundation	1.159	271	
Construtora Queiroz Galvão S.A.	32	194	
Projeto RWJF	6	6	
Johnson & Johnson Family of Companies	2	95	
Unimed Rio Coop. de Trab. Médicos do Rio de Janeiro	-	11	
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A MetrôRio	2	-	
Kinder	15	24	
Skoll Foundation	60	60	
Projeto J&J Mamãe Bebê	273	84	
Unesco	-	18	
Projeto Vale	-	3	
Projeto Air France	38	5	
Projeto Mega Matte	15	-	
Total da receita de projetos incentivados	3.165	1.535	
Outras receitas	147	45	
Total de receitas operacionais	7.893	7.034	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

10. Custos assistenciais

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Custo com pessoal - assistencial	871	767
Saúde (remédios e alimentos) - famílias	771	655
Custo com serviços públicos e ocupação - assistencial	117	155
Encargos com pessoal - assistencial	112	149
Curso e treinamentos - famílias	16	28
Moradia - manutenção, reparo e alugueis - famílias	143	162
Transportes - famílias	88	97
Doações a famílias	75	38
Serviços prestados - famílias	18	21
Custos gerais - assistencial	41	47
Doação instrumentos de trabalho - família	6	2
Serviços profissionais - assistencial	85	85
Material para curso - família	11	6
Exames médicos - famílias	38	24
Custo com comunicação - assistencial	-	-
Cesta básica - famílias	-	3
Custos assistenciais/gratuidades - atendimento	2.392	2.239
Repasses de projeto para entidades congêneres	52	232
Custo com pessoal - replicação	106	126
Custos gerais de replicação	53	30
Encargos com pessoal - replicação	14	12
Custos assistenciais - replicação (a)	225	400
Custos assistenciais	2.617	2.639

⁽a) Os custos com replicação referem-se aos gastos com financiamento dos programas desenvolvidos pela Associação com a finalidade de reproduzir em Entidades ligadas a mesma metodologia e forma de atuação consagradas pela Associação.

A Administração da Associação entende que os recursos alocados às atividades estão adequados e atendem às exigências da Lei nº 12.101/09. A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação, está vinculada às prestações futuras de contas com o CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

Certificado de Associação Beneficente de Assistência Social

O Conselho Nacional de Assistência Social atestou em 16 de agosto de 1995 que a Associação Saúde Criança Renascer está registrada naquele órgão conforme Resolução nº 83/95 de agosto de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 1995, baseada no julgamento do processo nº 28990.014753/1994-60.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

10. Custos assistenciais--Continuação

Em 27 de agosto de 2014, o Conselho Nacional de Assistência Social, concedeu à Associação Saúde Criança Renascer o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, prazo de validade de 18 de março de 2010 a 17 de março de 2015.

A Associação protocolou tempestivamente o requerimento de renovação desta certificação em 13/03/2015. A regularidade do certificado tem validade até o julgamento do processo, nos termos do art. 24, § 2º da Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009 e art. 8º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

11. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas de pessoal	1.217	1.092	1.217	1.092
Despesas gerais e administrativas	900	544	953	558
Despesas com trabalhos voluntários	76	88	76	88
Provisão de impostos isentos (i)	2.212	2.018	2.212	2.018
	4.405	3.742	4.458	3.756

⁽i) Valores referentes aos seguintes impostos: Imposto sobre serviços (ISS), Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), Programa de integração social (PIS), Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), INSS, Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme descritos na Nota 2.11.

12. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	2.074	1.861	2.127	1.875
Outras receitas	30	20	30	20
	2.104	1.881	2.157	1.895
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(56)	(52)	(56)	(52)
Perdas com investimentos (*)	(55)	(265)	(55)	(265)
Outras despesas	(20)	(32)	(20)	(32)
	(131)	(349)	(131)	(349)
	1.973	1.532	2.026	1.546

^(*) As perdas com investimentos em 2016 e 2015 foram geradas basicamente pela desvalorização dos títulos e valores mobiliários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

13. Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Associação possui coberturas de seguros como segue:

- a) Imóvel Rua Jardim Botânico, 414, Rio de Janeiro RJ: Eventos: incêndio, raios e explosões de qualquer natureza - R\$500, roubo e/ou furto qualificado de bens e mercadorias - R\$5, danos elétricos - R\$20, vendaval - R\$5.
- b) <u>Imóvel Rua Jardim Botânico, 86, Rio de Janeiro RJ</u>: Eventos: incêndio, raios e explosões de qualquer natureza R\$350, roubo e/ou furto qualificado de bens e mercadorias R\$5, danos elétricos R\$20, vendaval R\$5.
- c) Veículos VW Kombi (2013) e Fiat Uno Mille (2013)
- d) <u>Imóvel Rua das Palmeiras, 65, Rio de Janeiro RJ</u>: Eventos: incêndio, raios e explosões de qualquer natureza R\$1.500, roubo e/ou furto qualificado de bens e mercadorias R\$80, danos elétricos R\$30, vendaval R\$5.

14. Outras informações

a) Imóvel sede

A Associação Saúde Criança Renascer mudou sua sede em 03 outubro de 2016 para Rua das Palmeiras, 65, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, instalada em um edifício próprio adquirido em 06 de setembro de 2013 que estava em processo de modernização, e a antiga sede na Rua Jardim Botânico, 414, Parque Lage, na cidade do Rio de Janeiro, um edifício cedido pela União, por meio de contrato de cessão de uso gratuito, datado de 23 de maio de 2002, e da autorização publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 6 de agosto de 1999. O prazo de ocupação era indeterminado, mas o mesmo foi devolvido ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICM-Bio em 23 de novembro de 2016 totalmente desocupado e livre de pessoas e bens, estando em perfeitas condições de uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

14. Outras informações--Continuação

a) Imóvel sede--Continuação

Este imóvel é parte do acervo cultural histórico da cidade do Rio de Janeiro, cabendo à Associação a sua conservação, segundo especificações e diretrizes que venham a ser estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e ainda sujeito às normas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Dessa forma, todas as despesas com conservação do imóvel são registradas em contrapartida de resultado, e até a data de conclusão destas demonstrações financeiras não existia nenhuma obrigação a ser reconhecida em razão de eventual desocupação do imóvel.

b) Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2016 e 2015.